

ATA N.º 23

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA REALIZADA NOS PAÇOS DO
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA EM 30 DE OUTUBRO DE 2015

PRESENTES:

- O Senhor Presidente da Câmara, Prof. Dr. Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues;
- O Senhor Vereador, Firmino Jorge Anjos Pereira;
- O Senhor Vereador Dr. José Guilherme Saraiva de Oliveira Aguiar;
- O Senhor Vice-Presidente Eng. Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo
- A Senhora Vereadora Dr.ª. Maria Elisa Vieira da Silva Cidade Oliveira;
- A Senhora Vereadora Eng.ª. Maria Mercês Duarte Ramos Ferreira;
- A Senhora Vereadora Dr.ª. Maria Cândida Oliveira;
- O Senhor Vereador Dr. Delfim Manuel Magalhães de Sousa;
- O Senhor Vereador Dr. Manuel António Correia Monteiro;
- O Senhor Vereador Dr. Elísio Ferreira Pinto;
- O Senhor Vereador Arq. José Valentim Pinto Miranda

PRESIDIU À REUNIÃO:

- O Senhor Presidente da Câmara, Prof. Dr. Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues

SECRETARIOU A REUNIÃO:

- A Diretora Municipal de Administração e Finanças, Dra Manuela Fernanda da Rocha Garrido

HORA DA ABERTURA: 18 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 20 HORAS e 10 MINUTOS

61

PRESIDÊNCIA/VEREAÇÃO

PLANO E ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2016

Foi presente o documento referido em epígrafe que se anexa no final por fotocópia sob o n.º 1, apenas no original.

Despacho do Sr. Presidente: "À Câmara. 28.10.2015"

O Sr. Presidente salientou que o presente documento já sofreu uma alteração estrutural relativamente àquilo que a Câmara Municipal estava a trabalhar desde setembro, porque na verdade viu-se constrangida a uma necessidade de afetação de uma parcela importante de dinheiro, que tem a ver com a sentença da VL9 e com aquilo que poderá ser a sentença da ACA e da CIMPOR. Que esse é um primeiro elemento que dificulta a montagem do presente orçamento. Que o segundo elemento inibidor, é a ausência de um referencial em termos de financiamento comunitário, ou seja, está-se perante um orçamento que, pela segunda vez consecutiva, não consegue contabilizar, em absoluto, financiamentos em grande escala. Aquilo que se consegue para já contabilizar, são os financiamentos que estão contratualizados, nomeadamente, as escolas EB 2/3 e o PEDU que tem um nível de incerteza que se conhece. Em terceiro lugar, deixou uma nota das prioridades, porque no fundo a Câmara está a assumir como prioridades um conjunto de projetos que tem uma continuidade neste mandato ou uma continuidade com uma visão estratégica para o concelho, que é partilhada, nomeadamente, as Encostas do Douro. No que diz respeito à visão estratégica assumida nos últimos dois anos, há uma afetação relevante de recursos à rede viária e à reabilitação de escolas, agora evoluindo para um conjunto de equipamentos que nalguns casos não dependem do quadro comunitário, por exemplo, o pavilhão de Avintes ou o pavilhão de Canidelo; à sede da junta de freguesia de Canelas ou à reabilitação de espaços simbólicos como o mercado da Afurada ou o Largo da Ponte D. Luís I (tabuleiro inferior). Que trata-se de um orçamento que se tentou que seja realista, que cumpre muitas das erradas recomendações da Lei dos Compromissos e que seja um documento que ao mesmo tempo inverta um pouco o clima de pessimismo que se vai percebendo existir pelo País. Que iniciou-se o documento com um texto que acredita ser uma peça importante neste debate, que é o balanço daquilo que a atual Câmara foi capaz de fazer enquanto mandato e enquanto executivo municipal e esse balanço, do ponto de vista financeiro mas também do ponto de vista de avaliação de investimento, foi outorgado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas no anuário financeiro dos Municípios Portugueses. Que, apesar de tudo, é um documento conforto, porque mostra algum sucesso do modelo de gestão da Câmara e, começar o documento desta forma, é uma maneira de credibilizar o trabalho que se tem pela frente e sobretudo credibilizar este documento que já não é uma coletânea de promessas, mas é também já um conjunto de projetos ancorados em resultados que foram obtidos ao longo destes dois anos.

O Sr. Vereador Firmino Pereira disse que se está a discutir o PAO para 2016 e está-se a cumprir um ritual, porque independentemente da discussão que se travar, já se conhece o resultado final desta discussão, que é ancorada numa maioria aritmética de vereadores que irão aprovar este documento, independentemente da discussão que se tiver aqui na Câmara. Que os Vereadores do PSD vão apresentar uma intervenção de caráter genérico, que será a declaração de voto dos Srs. Vereadores do PSD, que é uma interpretação global do orçamento da Câmara para 2016, onde manifestam algumas preocupações e onde destacam o aumento da despesa corrente e a diminuição das despesas de capital, nomeadamente dos investimentos. Que o Sr. Presidente acabou de referir que não se conhece ainda algumas particularidades dos fundos comunitários, mas se não forem esses fundos a salvarem algumas das eventuais aspirações que estão inscritas no PAO/2016, elas não terão materialização, porque de facto entre aquilo que é um discurso de promessa de algumas intenções, não existe correspondência do ponto de vista financeiro depois no orçamento da Câmara. Que basta verificar alguns exemplos que são fáceis de traduzir esta intenção de concretizar alguns objetivos e depois eles não são materializados no ponto de vista financeiro. Que a VL10 e a VL5 que estão previstos no PAO nem aparecem nas opções do plano com qualquer verba. Que o Teatro Almeida e Sousa aparece com uma dotação de 5 mil euros; o

pavilhão da escola EB 2/3 Santa Marinha aparece com uma dotação de 20 mil euros; a remodelação da piscina de Maravedi aparece com 25 mil euros; o pavilhão de Canidelo aparece com uma dotação de 20 mil euros; a marginal do areinho de Avintes aparece com uma dotação de 50 mil euros; a travessia pedonal da ponte Maria Pia aparece com uma dotação de 500 euros; o pavilhão de Avintes aparece com uma dotação de 50 mil euros; o jardim do Morro aparece com uma dotação de 1.000 euros; a feira dos Carvalhos aparece com uma dotação de 500 euros e o mercado da Beira Rio aparece com uma dotação de 500 euros, sabendo de que há a expectativa de que a iniciativa privada fique com esta infraestrutura, não sendo necessário a Câmara gastar qualquer verba. Que há um conjunto de intenções interessantes, mas que depois, por insuficiência de recursos financeiros e não existindo nenhuma alteração substancial ao quadro de financiamento da Câmara Municipal de Gaia, estas intenções não sairão do papel porque não têm correspondência financeira. Que não vai discutir a especialidade do PAO/2016, porque manifestamente os Vereadores do PSD não tiveram muito tempo para ler as grandes opções do plano, mas há algumas questões que gostaria de apresentar que o deixam confuso e perplexo e que são merecedoras de um esclarecimento. Disse que o orçamento participativo tem sido uma das bandeiras de muitos municípios deste País, independentemente da sua cor política, e em Gaia é inexistente. Que os Vereadores do PSD não conhecem, até ao momento e passados dois anos, nenhuma proposta que tenha surgido desse orçamento participativo, que invoca a participação dos cidadãos naquilo que é o dever de cidadania de participar na gestão municipal e este orçamento de 2016 volta a dar pouco prestígio a essa participação, porque tem uma rubrica de 11 mil euros, pelo que, admite não ser um dos objetivos desta maioria implementar o orçamento participativo. Que em relação à Igreja da Afurada foi criada uma rubrica nova, pelo que pergunta se já foi adjudicado o projeto ao arquiteto Siza Vieira e se foi, onde é que está inscrita essa despesa no Plano. Em relação às escolas EB 2/3 que o Sr. Presidente afirmou estarem contratualizadas, disse não terem materialização em termos de despesa, pois voltam a não ser referenciadas de forma individual e existe para estudos e projetos 1.000 euros e para empreitadas 5.000 euros, pelo que os Vereadores do PSD poderiam dizer que, olhando para um planeamento plurianual, a grande força do investimento recairá sobre 2017, mas olhando para a coluna de 2017, aparecem 5.000 euros, ou seja, aquilo que está contratualizado, não está transcrito nas grandes opções do plano. Disse que os Vereadores do PSD sabem que este orçamento é apresentado ainda com dois meses pela frente do ano económico de 2015 e sabem também que no final do ano, entrará uma importante arrecadação de receita, nomeadamente a nível do IMI e que poderá amortizar algumas dívidas que constam deste documento, mas salientou que em relação à gestão/exploração de cantinas/empresas, o ano passado a Câmara Municipal tinha, por esta altura, nesta rubrica para 2015, 6 milhões e 700 mil euros e agora existe 8 milhões e 800 mil euros, ou seja, leva a supor que houve um agravamento nas dificuldades de pagamento de 2015 em relação ao contrato de fornecimento das refeições escolares. Disse existir uma questão que lhe acarreta algumas dúvidas, pelo que, perguntou quem é o responsável da empreitada de reabilitação dos edifícios de Vila d'Este. Se é a Gaiurb ou se é a Câmara, porque no ano passado quando colocou esta questão e foi-lhe respondido duas coisas: primeiro, que estava incluído no plano da Câmara esta empreitada, no valor de 450 mil euros para se justificar nomeadamente o projeto Elena, cujo grau de concretização e realização era nula ou praticamente inexistente e que poderia implicar a devolução de verbas já recebidas do Banco Central Europeu. Que a segunda justificação foi que a Câmara iria fazer uma transferência do contrato da Gaiurb para a Câmara. Que durante este ano não houve notícia nenhuma dessa transferência e não foi presente à Câmara a transferência desse contrato de empreitada e este ano volta a aparecer nas grandes opções do plano a empreitada de reabilitação dos edifícios de Vila d'Este – 2ª fase/Projeto Elena, agora com 200 mil euros. Disse que em 2015 nas grandes opções do plano estava prevista uma verba para 2016 de um milhão e 500 mil euros e agora aparece 200 mil euros e para 2017 não aparece verba nenhuma. Que a questão que coloca é, afinal quem é a entidade gestora da empreitada de reabilitação dos edifícios de Vila d'Este e porque razão é que esta verba é mantida e se tem ou não tem tido execução por parte da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Disse verificar e é recorrente que em termos das indemnizações por responsabilidade civil e conforme a Lei n.º 73/2013, é apresentada a relação de processos com responsabilidades contingentes e, aquilo que se observa em termos de dotação desta rubrica, é que há uma expectativa de que a Câmara eventualmente não seja condenada e portanto não faz por isso previsões

para esse efeito, porque o valor inscrito no PAO são de 137 mil euros para despesas correntes e um milhão 175 mil euros para despesas de capital, ou seja, não há um provisionamento em relação àquilo que será a conclusão destes processos, que estão nas variadíssimas instâncias de vários tribunais. Perguntou o que se passa com a REGIE Cooperativa, porque os Vereadores do PSD verificam que em relação ao orçamento de 2015 há um aumento de dotação de capital social de 50 para 95 mil euros. Perguntou se a Inovagaia não precisa, no próximo ano, de transferências correntes da Câmara, porque o orçamento de 2015 previa 294 mil euros em transferências correntes e em 2016 prevê-se 1.000 euros em transferências correntes. Relativamente ao Parque Biológico, disse que o mesmo já no orçamento de 2015 não tinha transferências correntes no que concerne a despesas com o pessoal para Águas e Parque Biológico de Gaia, pelo que, perguntou o seguinte: se o Parque Biológico já está completamente integrado na estrutura da Câmara; se o seu pessoal já é funcionário da Câmara e desde quando; se as despesas de funcionamento do referido Parque já estão a ser pagas pela Câmara e desde quando e, neste momento a ser verdade que tudo isto já está na Câmara, quem é o responsável ou diretor do Parque Biológico. Disse que politicamente ainda não se discutiu o interesse, as vantagens e desvantagens, o interesse metropolitano da região pelo centro de cultura e congressos, mas também acha que não faltará tempo para discutir a questão, porque em 2016 nada de relevante acontecerá em relação a este equipamento, porque tem rubricas, isto é, tem uma dotação de 2 mil euros; estudos e projetos/consultoria e similares 500 euros; aquisição de terrenos e expropriações 1.000 euros; construção 500 euros e presumindo que em 2017 e seguintes se vai gastar na construção 16 milhões de euros, ou seja, já há uma ideia de qual é o custo de construção desta infraestrutura que se aponta para os anos seguintes. Disse que gostaria de saber como é que se chegou a este valor, porque presume que os estudos e projetos/consultoria e similares ainda não arrancaram, pelo que, trata-se de uma estimativa interna. Disse que a preocupação dos Vereadores do PSD é o aumento da despesa corrente e a redução da despesa de capital e lamenta a forma como a parte do relatório é escrita, porque deveria ser inovadora e adequar-se ao ano que está em discussão, lamentando que o presente relatório transcreva exaustivamente passagens e parágrafos completos do relatório de 2014.

O Sr. Presidente referiu-se ao aumento das despesas correntes da Câmara Municipal e às despesas com o pessoal, dizendo ser verdade que isso tenha acontecido porque o aumento deve-se à incorporação da Gaianima e do Parque Biológico na Câmara. Que o Parque Biológico devido à sua internalização na Câmara Municipal, vê reduzida a transferência por contrato programa para as Águas de Gaia. Que se consultarem os dois últimos contratos programa entre a Câmara e a Gaianima, verão que o aumento de despesa corrente na Câmara, por efeito da internalização da Gaianima, é muito menor que o valor do contrato programa que era transferido para a Gaianima. Disse que a segunda questão estrutural tem a ver com o texto do PAO e diria que existem duas repetições, uma é a repetição do texto e outra é a repetição do Sr. Vereador que já no ano passado disse o mesmo. Que num documento estratégico, as linhas mestras são aquelas que percorrem um mandato. Relativamente à questão das obras em concreto, disse que o melhor elogio que este plano poderia ter foi o que o Sr. Vereador referiu, é que não consegue ver no orçamento a transposição dos financiamentos comunitários e tem rubricas de 1.000 € e de 1.500 €, porque todos sabem que em março/2016 vai ocorrer uma auditoria de acompanhamento do Tribunal de Contas, porque durante 16 anos a prática do Sr. Vereador e dos seus mandatos foi empolar orçamentos à custa de artificialismos. Que aquilo que esta Câmara está a fazer é seguir à regra a Lei que diz que só se pode incluir como receita, aquela efetivamente contratualizada no âmbito do quadro comunitário, pelo que, não se vai inventar receita só para empolar o orçamento. Que a verdade é que existe uma série de rubricas de 1.000 euros como é óbvio, porque tem a certeza absoluta que o Sr. Vereador não imaginará que a Câmara consiga no seu e pelo seu orçamento garantir estes investimentos. Que aquilo que se fez foi abrir a rubrica e ter tudo preparado para quando o Governo resolver abrir o quadro comunitário, a Câmara Municipal ter capacidade de atuar, pelo que, não se trata de desvalorizar os projetos e sim cumprir a Lei para depois não deixar heranças negativas. Disse que em 2015 a Câmara Municipal vai apresentar a melhor execução orçamental dos últimos 20 anos e em 2016 o mesmo irá acontecer. Disse não estar a brincar com o presente documento, porque quando no mesmo constam rubricas não é por chalaça ou por desvalorizar os projetos, mas sim por honestidade e

cumprimento da Lei e, pela sua convicção, a Câmara Municipal vai conseguir financiamento e por isso a rubrica tem de constar no PAO. Disse o Sr. Vereador e bem que no PAO não consta qualquer valor para a VL10, mas ela não está explicitada, mas consta também no PAO cerca de 4 milhões de euros para indemnizações no âmbito da VL10. Relativamente às EB 2/3, disse que as mesmas não têm despesa inscrita e nem devem ter, porque não estão contratualizadas e a Câmara Municipal cumpre a Lei. Que o Sr. Vereador refere que se aumentou a despesa com a Gertal por causa do aumento do custo das refeições e se o Sr. Vereador estivesse atento, a partir do presente ano letivo, a Câmara Municipal está a oferecer lanches e pequenos-almoços nas escolas primárias e isso foi incluído no concurso. Disse que também ocorreu um aumento de despesas com os livros escolares, os quais serão generalizados ao 9º ano, como medida de política social. Relativamente ao orçamento participativo, disse que o mesmo terá uma razão de ser, isto é, a Câmara Municipal no meio desta confusão toda, teve que fazer algumas opções e levou-se o orçamento participativo para uma espécie de uma segunda prioridade. Que apesar de tudo, lembrou que a primeira vez que o orçamento participativo passou a ter rubrica e a ser uma prioridade ainda que de segunda linha, foi no atual mandato, porque nos mandatos anteriores isso nunca aconteceu. Relativamente ao Arqtº Siza Vieira, disse que o contrato ainda não está assinado, porque a Câmara Municipal só se comprometeu a assiná-lo se o estudo prévio fosse do agrado da Câmara Municipal. Que o estudo prévio foi apresentado em setembro e admite que a Câmara Municipal ainda consiga chegar a um acordo de valores com o Arqtº Siza Vieira e, se isso acontecer, este ano ou início do próximo, o contrato será assumido. Relativamente às questões técnicas levantadas, nomeadamente a questão dos edifícios de Vila d'Este, disse que a Câmara queria incorporar no perímetro do orçamento municipal a obra de Vila d'Este, porque a mesma "estourou" com a Gaiurb por duas razões: a primeira, porque significou um peso brutal no orçamento da Gaiurb e depois a Câmara Municipal anterior não cumpriu com o que escreveu, isto é, escreveu um documento em que se comprometia dotar a Gaiurb de 2 milhões e 400 mil euros da PROHABITA, que ficaram a dever desde 2009. Disse que a atual Câmara Municipal não conseguindo trazer para o perímetro municipal a obra de Vila d'Este, decidiu manter e reforçar as transferências para a Gaiurb e cumprir o contrato programa, o qual nunca foi cumprido nos últimos 6 anos do anterior mandato. Relativamente à questão da CIMPOR, disse que quando recebeu o processo, recebeu-o já transitado em julgado, em discussão de uniformização de jurisprudência no Tribunal Constitucional ou no Supremo e recebeu o processo com uma indemnização de 32 milhões de euros e uma semana e meia após ter tomado posse, o crédito de 32 milhões de euros da CIMPOR foi vendido à pressa a um fundo no Luxemburgo por 11 milhões de euros e, pessoalmente, pegou nesse dossier e outros e informalmente entregou-os na Polícia Judiciária e no Ministério Público, pedindo que averiguassem e lhe dissessem quem são os nomes dos detentores do Fundo Imobiliário que está no Luxemburgo. Que entretanto a Câmara Municipal passou de uma indemnização de 32 milhões de euros para 3 milhões e 500 mil euros e esta redução deveu-se a si mesmo. Relativamente à REGIE Cooperativa, disse ainda não haver visto do Tribunal de Contas. No que diz respeito à Inovagaia, disse que a Lei passou a impedir que a Câmara possa fazer transferências correntes para as empresas municipais e associações ou societárias em que a Câmara participe, esperando que o novo orçamento de Estado revogue esta Lei e permita as Câmaras Municipais fazer transferências para as societárias. Relativamente ao Parque Biológico, disse estar internalizado e que os funcionários foram cedidos em acordo de cedência para a Câmara Municipal. Disse que os contratos estão a ser internalizados, libertando as Águas de Gaia. Que, neste momento está em discussão a direção do Parque Biológico. No que diz respeito ao Centro de Congressos, disse existir pouca verba inscrita porque a Câmara Municipal não recorreu a consultoria externa, mas sim a técnicos da Câmara que elaboraram um estudo que não acarretou qualquer despesa. Que a única coisa que a Câmara Municipal poderá ter de recorrer ao exterior é fazer o projeto do AVAC, porque a Câmara Municipal não tem capacidade para o fazer. Que numa questão de honestidade e na lógica plurianual para 2017/2018, dotou-se uma verba de 16 milhões de euros, mas a sua expectativa é que a Câmara Municipal tenha ainda que fechar o assunto e existem duas modalidades para o resolver. Uma, a Câmara Municipal pega no projeto, lança uma empreitada, faz a obra e inaugura; a outra, é arranjar dois ou três parceiros em que um construa um hotel e pague uma parte do equipamento e, o outro, construa um centro comercial e pague outra parte do equipamento e, no fim, a Câmara

Municipal o que tem que colocar no local é uma quantia irrisória para fazer os arranjos exteriores e para pagar uma espécie de aluguer ou de renda de utilização, sempre que necessitar e, nessa altura, a Câmara tem um modelo de EuroParque que é assumido por privados ou por um consórcio de privados em que o Município é apenas o motor dos investimentos.

O Sr. Vereador Dr. Elísio Pinto disse que na impossibilidade de votar o presente documento na especialidade, subscreve a declaração de voto dos Srs. Vereadores do PSD. Que entende que Vila Nova de Gaia é merecedora da criação de um conselho solidário onde se possa abarcar todas as políticas sociais de maior relevância, para que tenha uma maior projeção a nível municipal e não só. Relativamente ao apoio aos idosos nesta componente social, quando reafirma um reforço de valências do centro de dia e criação de centros de noite, entende que a Câmara Municipal deveria reforçar as IPSS's que já têm uma certa resposta dada no terreno social, apoiando assim o alargamento dessas respostas que a Câmara pretende levar a efeito durante os fins de semana e também reforçar outra questão, pois entende que no valor global de 600 mil euros, deve priorizar o mérito dessas instituições por aquilo que fazem não só junto da sua comunidade, mas também nas freguesias e no próprio município de Vila Nova de Gaia. Disse que analisando o orçamento, concluiu que a Câmara tem uma despesa previsional de 157 milhões 691 mil 870 euros, onde 112.849,00 euros dizem respeito a despesas correntes e 44.482,390 euros a despesas de capital, o que gostaria de perguntar o seguinte: é verdade que neste resumo de despesas de 2006, nas despesas com o pessoal há um aumento e há também juros e encargos, isto é, a rubrica de juros e outros encargos que tinha uma tendência de decréscimo até 2013, voltará a subir pelo terceiro ano consecutivo e, neste contexto, está prevista uma redução de subsídio de 6 milhões para 2 milhões 201 mil euros. No que diz respeito ao resumo da receita, prevê-se para 2016 o valor de 157 milhões 691 mil 870 euros e existe o valor da receita de 126 mil 609 euros e receitas correntes de 30 milhões e 82 mil euros, o que significa que se tem 80,29% do total das receitas e as receitas de capital representam 19,71%. Que constata que 94.866,225 euros correspondem a 60,16% do total da receita do município, no âmbito das receitas próprias. Aquilo que se verifica é que há um aumento da receita estimada para o próximo ano, sendo esta que vai ser feita através da base dos impostos diretos e indiretos e com os ativos financeiros, pelo que, que gostaria de saber a que é que os mesmos correspondem. Relativamente ao resumo das opções do plano para 2016 e na análise que faz, destaca-se o desinvestimento em algumas áreas, nomeadamente na componente social (saúde, turismo e ação social). Que quando se lê o documento e a própria introdução, verifica-se o interesse numa aposta forte no turismo que é um mercado que se deve fomentar e explorar. Referiu-se aos compromissos plurianuais, dizendo haver um aumento de 256% para 2016, comparando com 2015.

O Sr. Presidente disse ter desbloqueado quase todas as obras deixadas penduradas pelo executivo anterior com financiamento comunitário. Relativamente às questões técnicas colocadas pelo Sr. Vereador, disse que uma parte está respondida pela auditoria do Tribunal de Contas, que é pública, e que é a questão dos ativos financeiros. É verdade que há um aumento acentuado, porque a Câmara Municipal teve de cumprir a recomendação do Tribunal de Contas, tendo apenas contestado duas recomendações. No que diz respeito à Terceira Idade e às IPSS's, disse que enquanto no ano passado o bolo da ação social estava na ação social, este ano a Câmara Municipal distribuiu o apoio direto às instituições. Relativamente à questão da área do turismo, disse não haver desinvestimento, mas contabilisticamente há, ou seja, no ano passado a Câmara Municipal tinha provisionado para o turismo uma série de despesas que depois no decorrer do ano 2015 originou a sua desorçamentação. Por exemplo, a Câmara Municipal no ano passado tinha a perspetiva que o mercado da Beira Rio fosse uma reabilitação feita com investimento municipal, mas neste momento não fazia sentido investir quando o mercado vai ser concessionado. No que diz respeito às despesas correntes, houve uma descida nomeadamente no turismo, no fundo de emergência e em outros domínios e espera que em 2017 quando a Câmara Municipal tiver de apreciar o balanço deste plano, todos possam entender o porquê da diminuição, a qual permitiu a distribuição de verbas.

Deliberação:

Deliberado por maioria, por 9 votos a favor e 2 votos contra dos Srs. Vereadores Firmino Pereira e Dr. Elísio Pinto, aprovar o Plano e Orçamento, as Normas de Execução Orçamental e o Mapa de Pessoal para 2016 do Município de Vila Nova de Gaia.

Mais foi deliberado submeter o presente assunto à aprovação da Assembleia Municipal.

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS VEREADORES DO PSD SOBRE OPÇÕES DO PLANO PARA 2016

“Votamos contra este documento, porque não nos cansamos de referir que a maioria socialista na sua forma de gestão e o próximo ano é uma linha de continuidade é apática, sem rasgo de criatividade e de ambição sombria. Em 2016, teremos Menos Gaia, em termos de concretização de projetos com realidade factual e concreta.

No documento escrito do relatório do Plano de Investimentos temos uma listagem de objetivos, que não passam de virtuais, dado que não têm correspondência financeira ou são dotados de verbas meramente simbólicas.

A VL5, VL10, não aparecem com qualquer verba, Feira dos Carvalhos dotação de 500 euros, Pavilhão de Avintes dotação de 50 mil euros, Travessia Pedonal da Ponte Maria Pia dotação 500 euros, Teatro Almeida e Sousa dotação 5 mil euros, Pavilhão da E,B – 2/3 de Santa Marinha dotação de 20 mil euros, Pavilhão de Canidelo dotação de 20 mil euros, Remodelação da Piscina de Maravedi dotação de 25 mil euros, entre outros exemplos de poderíamos dar.

Ou seja, as intenções de lançamento de projetos, não têm repercussão financeira para os fazer sair do papel.

A realidade para 2016, é de ausência geral de termos novos investimentos, numa Câmara Municipal que espelha neste documento, uma “salada de frutas” de intenções, não se distinguindo os desígnios programáticos que a maioria socialista pretende para o Município.

Este Orçamento para 2016, consegue, numa mensagem repetida de dificuldades financeiras, apresentar o maior volume de Despesas Correntes de todos os Orçamentos anteriores da maioria socialista. Entre o Orçamento de 2014 (primeiro da actual gestão) a Despesas Correntes para 2016 crescem 6 milhões e 800 mil euros. Teremos em 2016 um gasto previsível de Despesas Correntes de 112 849 480,00 euros.

É preocupante este recorde das Despesas Correntes, que denota pouco esforço na contenção, transmitindo uma imagem de gestão da Câmara Municipal que não manifesta preocupação nos cortes das despesas deste género.

Já as Despesas de Capital (Investimento), tem o menor valor dos Orçamentos apresentados pela maioria socialista. Em relação a 2014 a diferença global é menor em cerca de 33 milhões de euros. O Investimento para 2016 tem um valor previsível de 44 842 390,00 euros.

É preocupante o aumento da diferença entre o que se gasta em Despesas Correntes quando comparadas com as Despesas de Capital (investimentos).

Uma novidade a destacar. Este Orçamento para 2016 aumenta o fosso da diferença entre gastos correntes e investimentos, pela negativa.

Aumento das Despesas com Pessoal, Aumento da Aquisição de Bens e Serviços não deixam espaço de manobra para a afetação de verbas no investimento.

Em relação ao Orçamento de 2014 temos um aumento significativo dos Impostos Diretos (onde estão incluídos o IMI e Derrama), um aumento de cerca de 8 milhões de euros. Que significa um maior esforço dos munícipes contribuintes (dotação em 2016 de Impostos Diretos de 65 662 810,00 milhões de euros).

Não temos portanto, no capítulo do lançamento de impostos uma Câmara Municipal amiga dos Gaienses.

Os aparentes grandes desígnios da maioria socialista nas políticas imateriais, são uma mera ficção, longe das palavras contundentes. A Educação tem uma dotação de 6%, Cultura dotação de 1,46%, Acção Social 0,66%, Turismo dotação de 0,40% do total das Grandes Opções do Plano.

Muitos Municípios têm aplicado o Orçamento Participativo, aumentando dessa forma a participação cívica dos cidadãos e aprofundando a proximidade da gestão municipal. Até hoje, desconhecemos alguma realização que tenha surgido neste espaço e para 2016 nada de relevante acontecerá com uma dotação de 11 mil euros.

Apesar das palavras de Rigor e Transparência muito utilizadas no documento, não são, transcritas para o Orçamento de 2016 as previsões de custos com processos judiciais que estão em curso.

Nesta área uma boa notícia em relação ao processo da Cimpor. Se no Orçamento de 2015 era apresentado um valor previsível de 30 milhões de euros a pagar pela Câmara, agora no Orçamento de 2016 é apresentado um valor de 3 milhões e 500 mil euros como previsível de valor a pagar pelo Município.

Já não falamos do Orgão Executivo que aprecia este documento que é o mais importante para a vida futura de Gaia, falamos no respeito pelos Municípes e o que verificamos é que a maioria socialista, interpreta pela força dos seus votos, um desrespeito na apresentação deste programa de governo municipal.

Dizemos isto com pena, porque cada Plano e Orçamento deveria anualmente ser adaptado com pragmatismo a uma realidade futura. Não é o que acontece porque na parte escrita do Plano para 2016 são copiados na íntegra parágrafos completos do Plano de 2014.

Citemos o que está transcrito no Plano de 2016 "Neste contexto e pela manifesta prioridade, o investimento deverá incidir na renovação dos meios ligeiros de transporte, com a aquisição de viaturas mistas de seis lugares (4 unidades). As restantes viaturas pesadas (4 camiões, 1 máquina retroescavadora, 2 tractores agrícolas com pá carregadora), não sendo menos importantes, contudo face ao elevado investimento necessário à sua substituição e pese embora o elevado número de anos de trabalho acumulados (média 18,5 anos e 399 000 Km)...."

Este exemplo, como muitos parágrafos, estão exactamente transcritos no Plano de 2014.

Consideramos inapropriado copiar partes do Plano de 2014, ou porque considerem este acto de apresentação deste documento um ritual sem sentido, ou, manifestamente a gestão municipal tem ausência de novos conceitos e novas ideias.

Votamos contra o Plano e Orçamento para 2016, porque assistimos contrariados a um Executivo desmotivado, sem garra, sem ambição, não fugindo da enganosa publicidade de que a mãe de todas as culpas é a "herança" do passado.

Os Vereadores do PSD

Firmino Pereira

Elísio Pinto

Gaia, 30 de Outubro de 2015"

E nada mais havendo a tratar, quando eram 20 horas e 10 minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata aprovada, por unanimidade, nos termos do disposto no n° 1 do art.º 34.º do CPA, e no n°. 1 do art. 57º. da Lei n°. 75/2013, de 12 de Setembro, bem como do n.º 1 do art. 11.º do Regimento da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, aprovado pelo Executivo na sua reunião de 2013.10.25.

E eu, Joana Paula
reunião, a subscrevi.

, Diretora Municipal de Administração e Finanças e Secretária da presente

O Presidente da Câmara,



(Eduardo Vitor Rodrigues)

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS VEREADORES DO PSD SOBRE
OPÇÕES DO PLANO PARA 2016

Votamos contra este documento, porque não nos cansamos de referir que a maioria socialista na sua forma de gestão e o próximo ano é uma linha de continuidade é apática, sem rasgo de criatividade e de ambição sombria.

Em 2016, teremos Menos Gaia, em termos de concretização de projectos com realidade factual e concreta.

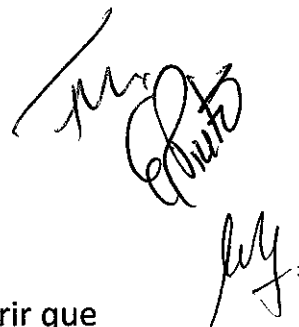
No documento escrito do Relatório do Plano de Investimentos temos uma listagem de objectivos, que não passam de virtuais, dado que não têm correspondência financeira ou são dotados de verbas meramente simbólicas.

A VL5, VL10, não aparecem com qualquer verba, Feira dos Carvalhos dotação de 500 euros, Pavilhão de Avintes dotação de 50 mil euros, Travessia Pedonal da Ponte Maria Pia dotação 500 euros, Teatro Almeida e Sousa dotação 5 mil euros, Pavilhão da E,B – 2/3 de Santa Marinha dotação de 20 mil euros, Pavilhão de Canidelo dotação de 20 mil euros, Remodelação da Piscina de Maravedi dotação de 25 mil euros, entre outros exemplos de poderíamos dar.

Ou seja, as intenções de lançamento de projectos, não têm repercussão financeira para os fazer sair do papel.

A realidade para 2016, é de ausência geral de termos novos investimentos, numa Câmara Municipal que espelha neste documento, uma “salada de frutas” de intenções, não se distinguindo os desígnios programáticos que a maioria socialista pretende para o Município.

Este Orçamento para 2016, consegue, numa mensagem repetida de dificuldades financeiras, apresentar o maior volume de Despesas Correntes de todos os Orçamentos anteriores da maioria socialista. Entre o Orçamento de 2014 (primeiro da actual gestão) a Despesas Correntes para 2016 crescem 6 milhões e 800 mil euros. Teremos em 2016 um gasto previsível de Despesas Correntes de 112 849 480,00 euros.



É preocupante este recorde das Despesas Correntes, que denota pouco esforço na contenção, transmitido uma imagem de gestão da Câmara Municipal que não manifesta preocupação nos cortes das despesas deste género.

Já as Despesas de Capital (investimento), tem o menor valor dos Orçamentos apresentados pela maioria socialista. Em relação a 2014 a diferença global é menor em cerca de 33 milhões de euros. O Investimento para 2016 tem um valor previsível de 44 842 390, 00 euros.

É preocupante o aumento da diferença entre o que se gasta em Despesas Correntes quando comparadas com as Despesas de Capital (investimentos).

Uma novidade a destacar. Este Orçamento para 2016 aumenta o fosso da diferença entre gastos correntes e investimentos, pela negativa.

Aumento das Despesas com Pessoal, Aumento da Aquisição de Bens e Serviços não deixam espaço de manobra para a afectação de verbas no investimento.

Em relação ao Orçamento de 2014 temos um aumento significativo dos Impostos Directos (onde estão incluídos o IMI e Derrama), um aumento de cerca de 8 milhões de euros. Que significa um maior esforço dos munícipes contribuintes. (dotação em 2016 de Impostos Directos de 65 662 810,00 milhões de euros).

Não temos portanto, no capítulo do lançamento de impostos uma Câmara Municipal amiga dos Gaienses.

Os aparentes grandes desígnios da maioria socialista nas políticas imateriais, são uma mera ficção, longe das palavras contundentes. A Educação tem uma dotação de 6% , Cultura dotação de 1,46 %, Acção Social 0,66%, Turismo dotação de 0,40% do total da Grandes Opções do Plano.

Muitos Municípios têm aplicado o Orçamento Participativo, aumentando dessa forma a participação cívica dos cidadãos e aprofundando a proximidade da gestão municipal. Até hoje, desconhecemos alguma realização que tenha surgido neste espaço e para 2016 nada de relevante acontecerá com uma dotação de 11 mil euros.

Apesar das palavras de Rigor e Transparência muito utilizadas no documento, não são, transcritas para o Orçamento de 2016 as previsões de custos com processos judiciais que estão em curso.

Nesta área uma boa notícia em relação ao processo da Cimpor. Se no Orçamento de 2015 era apresentado um valor previsível de 30 milhões de euros a pagar pela Câmara, agora no Orçamento de 2016 é apresentado um valor de 3 milhões e 500 mil euros como previsível de valor a pagar pelo Município.

Já não falamos do Órgão Executivo que aprecia este documento que é o mais importante para a vida futura de Gaia, falamos no respeito pelos Municípios e o que verificamos é que a maioria socialista, interpreta pela força dos seus votos, um desrespeito na apresentação deste programa de governo municipal.

Dizemos isto com pena, porque cada Plano e Orçamento deveria anualmente ser adaptado com pragmatismo a uma realidade futura. Não é o que acontece porque na parte escrita do Plano para 2016 são copiados na íntegra parágrafos completos do Plano de 2014.

Citemos o que está transcrito no Plano de 2016 “ Neste contexto e pela manifesta prioridade, o investimento deverá incidir na renovação dos meios ligeiros de transporte, com a aquisição de viaturas mistas de seis lugares (4 unidades). As restantes viaturas pesadas (4 camiões, 1 máquina retroescavadora, 2 tractores agrícolas com pá carregadora), não sendo menos importantes, contudo face ao elevado investimento necessário à sua substituição e pese embora o elevado número de anos de trabalho acumulados (média 18,5 anos e 399 000 Km)....”

Este exemplo, como muitos parágrafos, estão exactamente transcritos no Plano de 2014.

Am
Alvaro
July

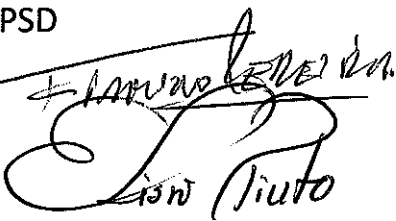
July

Consideramos inapropriado copiar partes do Plano de 2014, ou porque consideram este acto de apresentação deste documento um ritual sem sentido, ou, manifestamente a gestão municipal tem ausência de novos conceitos e novas ideias.

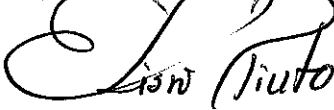
Votamos contra o Plano e Orçamento para 2016, porque assistimos contrariados a um Executivo desmotivado, sem garra, sem ambição, não fugindo da enganosa publicidade de que a mãe de todas as culpas é a "herança" do passado.

Os Vereadores do PSD

Firmino Pereira



Elisio Pinto



Gaia, 30 de Outubro de 2015